

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA SEGUNDA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na cidade de Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, com a presença de quorum reduzido dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária, após a espera regimental de 30 minutos. A presidente abre a reunião enfatizando a extensa pauta e manifestando a sua satisfação com as contribuições dos Conselheiros para a mesma. Passa a palavra à Secretária Executiva Interina, Denise Liberato, para a leitura da Ordem do Dia. Denise Liberato informa que as ausências justificadas foram da conselheira Rosalba Lopes, suplente do Segmento Museus e Artes Visuais, Conselheiro Marco Aurélio Ribeiro, suplente do segmento Audiovisual e Novas Mídias, conselheiro Sérgio Borges, titular do segmento Audiovisual e Novas Mídias, conselheiro Fabiano Fonseca Moreira da Secretaria de Estado de Educação, conselheiro Dep. Luiz Henrique Santiago, suplente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e dos conselheiros Lucas Bretas e Bernardo Jefferson, representantes titular e suplente da Universidade Federal de Minas Gerais. Denise Liberato informa ainda a solicitação do Deputado Luiz Henrique Santiago de que as reuniões passem a acontecer em início de semana. A pauta proposta indica inicialmente a apresentação da legislação estadual sobre política cultural, em seguida a formação da comissão preparatória para a elaboração do Plano Estadual de Cultura, apresentação sobre o Cultura Viva pela Superintendente de Interiorização, Manuella Machado, apresentação sobre o Fundo Estadual de Cultura pelo Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura, Felipe Amado, a apresentação do Programa Música Minas e os resultados da 3ª Conferência Estadual de Cultura pela Superintendente de Ação Cultural, Janaína Cunha, e por fim, abertura para discussões gerais como cronograma de reuniões, aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária, descrição do site do CONSEC e considerações finais. Tendo em vista o quorum inicial reduzido, as matérias que exigem votação são postergadas, alterando a ordem inicial.

A Secretária Eliane Parreiras abre as falas discorrendo sobre a legislação existente sobre política cultural, que deverá ser atualizada para embasar o Plano Estadual de Cultura. Foi feita a leitura da Lei nº 11.726 de 30/12/1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, já com suas atualizações. Lei esta que é o material a ser trabalhado pela Comissão Preparatória para o Plano Estadual de Cultura. Eduardo Silva da Silveira da Secretaria de Estado da Fazenda, pergunta em que ponto está a operacionalização da Lei de 1994. A presidente do Consec, Eliane Parreiras, informa que com excessão do Museu Antropológico que não foi criado como está na Lei e do calendário oficial de eventos, que foi implementado de maneira diversa, todos os outros passos previstos estão em andamento, com maiores ou menores percalços. O conselheiro Aníbal Macedo levanta questões relativas ao artigo 10 da Lei, que se refere à realização de obras ou projetos públicos ou privados sobre área ou bem identificado como de interesse histórico, artístico,

49 arquitetônico ou paisagístico pelo Estado, usando como exemplo o caso de Biribiri em que a vila
50 está sendo loteada em função da falta de recursos da indústria local, inclusive para fazer restauro
51 da igreja. Ele afirmou que levantou com o Dep. Luiz Henrique Santiago, a possibilidade de
52 instituir festivais dentro de Biribiri, mas que sua ideia não seguiu adiante em função desta questão.
53 Outra questão levantada pelo conselheiro Aníbal Macedo foi a transferência dos conservatórios da
54 esfera da área da cultura para a área da educação na cidade de Pouso Alegre, podendo ocasionar a
55 perda de mão de obra onde é exigido notório saber tanto na área da música, quanto da dança,
56 dentre outras. Outra questão levantada foi sobre a carência de servidores com mão de obra
57 qualificada nas bibliotecas. A Secretária informa que sobre o artigo 10, realização de obras e
58 projetos, esta foi uma atribuição passada para o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural,
59 CONEP e sua atuação é motivada por um pedido do IEPHA ou de qualquer um dos conselheiros.
60 De maneira geral, devido ao fato de o Ministério Público participar do Conep, estes temas têm sido
61 levantados e têm sido matéria de avaliação do Conep. Mas como Minas Gerais é um Estado muito
62 extenso e seu patrimônio é igualmente muito grande, nem todos os assuntos chegam a
63 conhecimento do Conep e se chegam, muitas vezes não chegam da maneira correta ou mais ampla
64 como deveria. Ela sugere ao conselheiro Aníbal Macedo que a questão levantada por ele a este
65 respeito seja então encaminhada ao Conep para as devidas posições. Sobre a questão da pesquisa
66 musical, informa que será lançado no ano de 2014, na homenagem aos 200 anos da morte de
67 Aleijadinho e Dia do Barroco, mais três volumes sobre a pesquisa arquivística onde foi feita uma
68 pesquisa no Estado de Minas Gerais, que tem um material imenso de compositores barrocos. Estas
69 partituras foram recuperadas, digitalizadas e estes volumes serão distribuídos para instituições de
70 cultura que ficam responsáveis por guardar esta memória. Relata alguns exemplos de recuperação
71 e guarda destes acervos, como o caso da UEMG. À respeito dos Conservatórios, revela que foram
72 repassados para a área da Educação já há bastante tempo, visando uma maior sustentabilidade aos
73 conservatórios. Nesta situação há o bônus no fato dos conservatórios terem mais recursos e a
74 questão levantada pelo Aníbal com relação aos mestres professores é um dos ônus e que ainda não
75 tinha sido abordado, mas que será repassado à Superintendente de Ação Cultural - SAC, Janaína
76 Cunha, pois é tal superintendência que dialoga com o setor da Secretaria de Estado da Educação
77 que cuida deste assunto. Disse que a exigência de formação vem de legislação federal mas que se
78 compromete a dar um retorno após abordar o assunto com a Superintendente de Ação Cultural.
79 Finalmente, informa que sobre o assunto levantado sobre a biblioteca, está aberto concurso público
80 na área de bibliotecas, mas que sabe que mesmo assim é para um número de servidores que está
81 aquém da necessidade da biblioteca. José D'Ángelo relata que as obras raras que seriam da
82 biblioteca de São João D'El Rey estão sob a guarda da Universidade Federal local e que esta é uma
83 das primeiras, senão a primeira biblioteca a ser concebida em Minas Gerais. A Secretária Eliane
84 Parreiras complementa a informação sobre o concurso público quantificando as vagas para a
85 Secretaria de Estado da Cultura. Sula Mavrudis fala do Cap. II seção I da Lei que fala da
86 preservação de linguagem e formas de expressões e sugere que deva haver uma forma de preservar
87 esta linguagem de expressão das comunidades onde se inserem os circos e indaga onde se poderia
88 fazer esta inclusão no texto da Lei. A Secretária Eliane Parreiras fala da Lei de Patrimônio
89 Imaterial e concorda que é pertinente que se faça a inclusão sugerida pela Sula Mavrudis. Mila
90 Batista sugere que seja inserido na conjugação dos artigos 3º e 5º. A Secretária Eliane Parreiras diz
91 que a atualização da Lei de 1994 deve incluir estas questões ainda ausentes, que esta ação passa
92 também pelo CONSEC e que existem outras legislações específicas para a área cultural. Sula
93 Mavrudis complementa falando sobre as especificidades de linguagem de cada segmento artístico
94 e que devem ser diferenciadas as diversas linguagens artísticas, da cultura popular. Ela cita como
95 exemplo o fato da confusão feita pelo Ministério da Cultura que denominou o Circo como Arte
96 Popular e segundo ela, o circo não é Cultura Popular e que a cultura popular não é uma profissão e
97 não é uma linguagem artística. Segundo ela, estes documentos que vêm sendo criados devem
98 diferenciar e dar condições a todas as áreas, toda a cadeia produtiva e desde o primeiro patamar.
99 Túlio Mourão cita os Dispositivos Gerais, capítulo 4, que fala da identificação de novos valores

100 culturais que o Estado promoverá junto aos municípios, ações de incentivo e auxílio na
101 identificação, valorização e proteção dos bens culturais. Mas sente falta de um setor que seja
102 efetivo na identificação de novos elementos e bens culturais e cita como exemplo Divinópolis onde
103 teve praticamente todos os seus casarões destruídos, objetos da desconsideração inclusive dos
104 prefeitos que passaram pela Prefeitura Municipal por vários mandatos. Diz que neste momento
105 existe uma fazenda que poderia ter uma grande exploração turística se houvesse a atenção das
106 empresas e da prefeitura para a sua preservação, mas que o mesmo não acontece. Além disto, Túlio
107 Mourão dá uma sugestão a se tornar parte da política e da lei de cultura. Sugere que nas missões
108 oficiais de Minas Gerais que são feitas com a chancela do Governo, devam conter
109 obrigatoriamente elementos da cultura mineira. A Secretária Eliane Parreiras fala que com relação
110 à questão da identificação de bens culturais, que ele está certo em dizer que estamos um pouco
111 atrasados, mas afirma que uma parcela disto é responsabilidade dos municípios que devem ter este
112 registro, mas que outra parcela é responsabilidade do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e
113 Artístico de Minas Gerais, IEPHA, que deve ter isto organizado, mas que por uma série de
114 questões históricas, somente agora está contratando um sistema informatizado para organizar estas
115 informações e que o mesmo irá dialogar com o Sistema de Informações do Estado. O conselheiro
116 José D'Ángelo fala da grande devastação do patrimônio cultural no estado em geral e em São João
117 D'el Rey em particular, em que grande parte do acervo cultural do município que deveria ser
118 preservado foi destruído. Ele diz que as prefeituras deveriam não dar alvarás sem a autorização dos
119 conselhos municipais de patrimônio cultural, mas que na maioria das vezes não fazem assim. Maria
120 Andrada concorda e relata o exemplo de Formiga onde, apesar de já existir um Conselho
121 Municipal de Cultura, a Prefeitura criou um outro, aparentemente com a intenção de desautorizar o
122 anterior e facilitar a obtenção de licenças para demolições dos casarões. Ela afirma que tal fato foi
123 denunciado ao Ministério Público. A Secretária Eliane Parreiras cita um mini plano de ação de
124 encaminhamento relacionado à criação do Plano Estadual de Cultura que foi apresentado na última
125 reunião ordinária do Consec e apresenta uma proposta de composição que seria validada pelos
126 conselheiros e, caso aprovada, já seguiria para sua votação. A proposta começou com a
127 composição do grupo, que por parte da Secretaria Estadual de Cultura seria composta por 03 (três)
128 pessoas: 01 (um) membro da Secretaria Executiva do Consec, (01) um servidor da Assessoria de
129 Gestão Estratégica e de Inovação (AGEI) e 01 (um) representante do Gabinete. Além disso 03
130 (três) representantes do Consec titulares e 03 (três) representantes do Consec - suplentes, 01 (um)
131 colaborador para o qual sugere José Márcio Barros. José Márcio tem grande experiência em
132 elaboração de Planos Culturais municipais e estaduais e hoje está como servidor da UEMG o que
133 viabiliza uma negociação com a Universidade para que ele possa colaborar junto a esta comissão.
134 Além disso, 01 (um) consultor, que seria por meio da parceria entre MinC, Secretaria de Estado de
135 Cultura e Universidade de Santa Catarina que ainda não está fechada, mas em andamento e bem
136 adiantada. A composição do Grupo Coordenador do Plano Estadual de Cultura proposta foi então
137 aprovada da forma sugerida. As principais atribuições deste grupo serão estabelecer metodologia,
138 plano de ação e cronograma de trabalhos e contará com o suporte de todos os setores do Sistema
139 Estadual de Cultura. A Secretária Eliane Parreiras passa para a votação dos três membros do Consec.
140 Após algumas discussões, decidiu-se por 06 (seis) conselheiros do CONSEC (03 titulares e 03
141 suplentes, que não estarão vinculados aos titulares), todos da sociedade civil. Abriu-se em seguida
142 uma discussão sobre a conveniência da presença na comissão do consultor cedido pelo MinC,
143 decidindo-se ao final por prevalecer a sua presença. Em seguida, a Secretária Executiva, Denise
144 Liberato, abre para a candidatura dos conselheiros e o conselheiro Amílcar Martins sugere os
145 nomes de Magdalena Rodrigues, Maria Andrada e Aníbal Macedo como membros titulares, Sula
146 Mavrudis, Rubem dos Reis e Makely Soares Gomes como suplentes, e esta composição é aprovada
147 por aclamação além da conselheira Mila Batista como colaboradora. Aníbal Macedo sugere que
148 até a próxima reunião ordinária, a comissão que saiu desta votação se comprometa a apresentar
149 calendário e atividades para estabelecer o que vai demandar de trabalho para o próximo ano. Para a
150 construção do Plano Estadual de Cultura, Eliane Parreiras fala a respeito do apoio que as Câmaras

151 Temáticas poderão dar, do levantamento das demandas das duas Conferências Estaduais, além das
152 demandas obtidas nas reuniões itinerantes e as demandas já existentes na SEC. A Secretária Eliane
153 Parreiras declara sua satisfação com as sugestões de pauta feita pelos conselheiros, pois significa o
154 empoderamento do CONSEC por seus membros e diz que a SEC é apenas uma facilitadora,
155 porque é quem determina o que será abordado e a condução do Conselho são os seus membros. A
156 Superintendente de Interiorização, Manuella Machado, faz uma apresentação sobre o Programa
157 Cultura Viva – Pontos de Cultura que será encaminhada por e-mail para os conselheiros e ao final,
158 a Secretária Eliane Parreiras complementa com as seguintes informações: O valor deste convênio
159 foi de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), sendo R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de
160 Reais) do Governo Federal e R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de Reais) do Governo Estadual. A
161 comissão tem um acompanhamento permanente e logo após a Ministra Marta Suplicy assumir seu
162 mandato, aconteceu uma reunião do Fórum de Secretários com representação de 19 estados e nesta
163 reunião um dos pontos que a Secretária Eliane Parreiras destacou foi o Cultura Viva. A Ministra
164 Marta Suplicy chegou a dizer formalmente que não existia um formato decidido, que o processo
165 estava sendo discutido dentro do redesenho e que queria ouvir os Estados para saber suas opiniões.
166 Nesta reunião não ficou nada decidido sobre as questões levantadas. Em outra ocasião onde
167 encontrou com a Ministra Marta Suplicy, a Secretária Eliane Parreiras voltou a levantar as
168 questões e novamente não houve retorno sobre o modelo que seria apresentado. Por isto, ela afirma
169 que a Secretaria de Cultura do Estado foi surpreendida com a posição do Ministério da Cultura de
170 dizer que já existia um formato do redesenho do Cultura Viva no Fórum dos Pontos de Cultura de
171 MG, pois em nenhum momento a SEC recebeu qualquer formalização do MinC. Ela informa que
172 no dia seguinte aconteceu uma reunião onde ficou claro que muitas destas questões ainda não
173 estavam superadas pelo Ministério da Cultura e o que se conseguiu estabelecer foi que as questões
174 que eram importantes discutir e esclarecer seriam: pela legislação do Estado é possível mudar o
175 modelo de convênio para prêmios (ela ressalta que São Paulo já trabalha com prêmios, já fez um
176 edital assim e que vem sendo discutido que o Estado de Minas Gerais deveria também passar para
177 este formato, o que facilitaria os trabalhos das próximas edições). Isto está garantido desde que
178 seja previsto e aprovado pelo MinC no “Convênio Mãe”. A segunda questão a discutir e esclarecer
179 é que, caso o Estado não consiga viabilizar da forma como está desenhando a renovação neste ano,
180 que consiga fazer isto no ano de 2014, independente da questão eleitoral. Isto já está conversado com a
181 Advocacia Geral do Estado e já está garantida a assinatura no ano de 2014, mesmo sendo ano
182 eleitoral. O que ainda falta é uma posição oficial do Ministério da Cultura sobre o valor para a
183 previsão da contrapartida no orçamento. Paulo de Moraes expõe sobre a questão conceitual do
184 Cultura Viva, o processo que ele desencadeia e o seu valor. Diz que o valor repassado a cada Ponto
185 de Cultura é de R\$ 180.000,00 dividido em 3 anos que dá um valor de R\$ 5.000,00 por mês que é
186 um valor pequeno em relação ao que está na planilha, ao que é executado, mas o processo que ele
187 desencadeia é mais significativo de empoderamento, de participação cultural. O Cultura Viva não é
188 então somente um mecanismo de financiamento, é também um mecanismo de fomento,
189 empoderamento e de participação e por isto ele consegue chegar ao conselho. Como Pontos de
190 Cultura participam da formulação do próprio Cultura Viva indicando diretrizes. Indicam também
191 possibilidades de continuidade e este é um dos seus méritos, que o diferencia de outros editais.
192 Paulo Moraes afirma que inclusive não são somente 100 (cem) pontos de cultura que são
193 custeados. Existem os pontos que foram herdados da primeira geração, que fazem parte da rede e
194 que o rendimento ajuda a custear a vinda de outros pontos para participarem do processo . Ter sido
195 colocado como prêmio foi uma vitória deles e Paulo Moraes diz ainda que acha que realmente a
196 Lei 8.666 e a capacitação que foi realizada pela Duo na época foram fundamentais para o
197 desenvolvimento do programa porque ajudaram a adquirirem a linguagem técnica necessária.
198 Sobre renovação do convênio, disse que eles reconhecem e acompanham o esforço que a SEC está
199 fazendo, que sabem que a SEC está cobrando do MinC há muito tempo, mas a percepção deles
200 como Ponto de Cultura é que faltou um pouco de apropriação do Governo do Estado em relação ao
201 Programa Cultura Viva. Em sua opinião, a SEC poderia ter sido mais ativa no processo já levando

202 para o MinC uma proposta baseada em indicadores que a SEC já possui e que estão dentro da
203 realidade do Estado. Acredita que isto facilitaria, embora o processo do redesenho do Cultura
204 Viva tenha sido um pouco nebuloso. Diz que sabem que nem tudo foi muito claro, o formato teve
205 mudança no MinC, mudança inclusive conceitual, mas acha que faltou esta postura mais proativa.
206 Paulo aproveita então a ocasião e questiona se existe o compromisso de no próximo convênio
207 manter pelo menos o valor do convênio anterior de R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) da
208 SEC. A Secretária Eliane Parreiras esclarece as seguintes questões: A SEC participou de todas as
209 reuniões abertas e fechadas que aconteceram de redesenho do Cultura Viva e em todas elas levou
210 propostas e avaliações do que estava acontecendo e o tempo todo foi dito que o redesenho e a
211 definição final sairiam do MinC. Há uma clareza que o Estado pode construir algo diferente em
212 Minas Gerais sem a dependência do MinC mas para isto, tem que estar claro que vai ser somente
213 com o orçamento do Estado. Um dos pontos fundamentais deste processo e um dos grandes
214 sucessos é a parceria entre Governo Estadual e o Governo Federal onde a descentralização dos
215 recursos do Governo Federal para os Estados chega a 50%, sendo que em outros convênios, chega-
216 se no máximo a 20 ou 25%. É entendido que dependíamos de uma posição do MinC. Além disto,
217 em uma das reuniões dos Pontos de Cultura houve uma solicitação não formal que a SEC não
218 encaminhasse um pedido de renovação antes dos Pontos de Cultura que estavam em andamento
219 poderem participar porque era considerado que seria prejudicial dos pontos que hoje estão em
220 andamento não poderem participar dos outros convênios. Então, também houve um
221 posicionamento formal neste sentido por demanda dos próprios Pontos de Cultura. A Secretária
222 Eliane Parreiras enfatiza que isto é um relato e que não está julgando o MinC, mas diz que também
223 não pode ter a responsabilidade por algo que não tem que dividir, não pode assumir a
224 responsabilidade pelo não conveniamento até hoje, pela não renovação dos Pontos de Cultura.
225 Com referência ao orçamento, não tem como garantir valor. Precisa primeiramente saber qual o
226 valor do MinC, para então poder verificar qual seria a participação do Estado. Mas pode afirmar
227 que o Governador Anastasia está ciente desta questão e inclusive respondeu no “Troque Ideias
228 com o Governador” a respeito disto. Falou que é intenção do governo renovar com os Pontos de
229 Cultura, mas enfatiza que esta discussão tem que ser realizada com dados concretos. Makely Ka
230 fala sobre a participação do Célio Torino no processo, que acha importante porque inclusive, no
231 Sistema Nacional de Cultura o Cultura Viva está sendo colocado como uma ferramenta de
232 produção cultural comunitária. Então no Sistema Estadual de Cultura, teremos que prever como
233 trabalhar a cultura de base comunitária e e no processo de formulação do Plano Estadual de
234 Cultura, seria o momento de trazer o Célio Torino para avaliar isto. Sugere em seguida que o
235 Consec já saia da presente reunião com o encaminhamento de cobrar do MinC um retorno sobre o
236 Cultura Viva. Magdalena Rodrigues fala que o que se tem visto com os Pontos de Cultura é que se
237 por um lado provocam o empoderamento, a oportunização de movimentação e maior divulgação
238 da cultura em todos os lugares onde o programa se encontra, por outro lado, também mostrou uma
239 incapacidade do Estado de gerir. A Secretária Eliane Parreiras afirma que não há dúvida que o
240 prêmio é o melhor modelo para a execução da atividade, porém o tribunal de contas coloca uma
241 série de regras e a SEC não pode transformar em prêmio aquilo do qual o objetivo é
242 caracterizadamente um convênio. Então, há uma série de desafios neste sentido e o maior deles é
243 de como gastar o orçamento. Existe uma dificuldade cada vez maior na utilização do recurso
244 público, pela rigidez cada vez maior dos órgãos de controle desde os órgãos internos como a
245 controladoria, até os órgãos externos e cada um responde civilmente, como é o caso do Célio
246 Torino por exemplo que respondeu civilmente pelo período que esteve no processo. Além disto, o
247 Tribunal de Contas não considera e não aceita algumas questões que foram planejadas dentro da
248 primeira execução dos Pontos de Cultura. É algo que precisamos ter muita consciência e a SEC
249 além de ter feito grande esforço, tem tido disponibilidade total para tentar apoiar o máximo
250 possível. O esforço o tempo todo é para que possa construir as saídas para atender de uma maneira
251 mais eficiente e mais ágil a esta questão de investimentos, mas que existe uma responsabilidade
252 neste processo e condições que são colocadas e que devem ser respeitadas. Além disto, existe a

253 dificuldade da legislação sobre investimento e a utilização do recurso público e a tendência é isto
254 se tornar cada vez mais rígido. Estes são os ônus e os bônus de cada modelo e por isto volta a
255 insistir que uma das grandes questões, que inclusive deve ser discutida na câmara temática de
256 financiamento, é como investir. Existe hoje uma portaria do Governo Federal que não permite que
257 o MinC repasse recurso direto para a sociedade civil e isto é um grande desafio que deve ser
258 estudado e discutido na tentativa de ser superado. Clodoália Nobre lembra que se está tendo
259 dificuldade, ao invés de se procurar o porquê de estar proibido, qual é a inconstitucionalidade e etc,
260 deve-se discutir a questão para sugerir medidas e neste caso, o conselho é o lugar ideal. Já para
261 negociar com o Ministério, o ideal seria que o Governo do Estado o fizesse porque assim, dá uma
262 conotação de comprometimento do Estado com o assunto. A SEPLAG, como órgão de
263 planejamento do Estado, não consegue planejar nada sem conhecer os planos, sem conhecer os
264 programas. E a questão do orçamento é complicada porque se não entrar no planejamento o
265 Governo não consegue liberar o dinheiro. Tem que ter esta consciência e buscar parcerias para
266 facilitar a questão financeira para o Estado e atentar para o tempo, porque o que percebeu neste
267 caso, foi que não deu tempo de fazer a previsão da contrapartida. Se há um crescimento da receita,
268 se acontece algo que melhore a questão financeira, é possível que seja suplementado mesmo que
269 não esteja planejado, mas para que isto aconteça é preciso que exista um plano consolidado, um
270 programa consolidado e que sejam apresentados à SEPLAG para que ela possa estudar a
271 possibilidade do atendimento. Clodoália diz que a cultura é muito forte em Minas Gerais e que
272 como conselho, o CONSEC deve tentar colocar isto de forma fácil para o Governo negociar. Dar
273 todas as diretrizes e ideias para que o Governo tenha embasamento e consiga negociar porque
274 quando o Governo Estadual procura o Ministério, ele quase sempre consegue negociar. Sérgio
275 Borges sugere que o Consec cobre do MinC um posicionamento objetivo em relação à renovação
276 do convênio Cultura Viva com o Estado não só para a criação de novos Pontos de Cultura como
277 para manutenção dos Pontos existentes, ampliação não só dos Pontos de Cultura, mas também para
278 os outros pontos (Pontos de Memória, Pontos de Leitura, Pontões de Cultura, Cultura e Saúde e
279 etc) e que seja colocada a proposta orçamentária do Ministério da Cultura para Minas. Fazemos
280 uma proposição de minuta, encaminhamos para os conselheiros e se tiver alguma sugestão de
281 mudança pelos conselheiros, voltamos a conversar e redigir. Paulo Morais diz que o Cultura Viva
282 não é somente um mecanismo de financiamento e sim de fomento, empoderamento e participação,
283 o que é um ponto fundamental que o difere dos outros editais. Aníbal diz que o CONSEC deve se
284 posicionar diante destas questões que são colocadas frequentemente para o conselho e que muitas
285 vezes o Consec não se posiciona para ajudar a resolvê-los. Diz que muitas destas questões estão
286 indefinidas, como neste caso do MinC com o Cultura Viva e que o Consec deveria ajudar a SEC
287 levantando demandas, cobrando e fazendo pressão para obter retornos que frequentemente não são
288 dados. Makely sugere um convite ao Célio Torino que foi um dos idealizadores dos Pontos de
289 Cultura, para que ele exponha sobre novas possibilidades e mecanismos de financiamento e como
290 isto tem funcionado em outros países. Seria uma consultoria ou uma assessoria. A outra sugestão é
291 que o Consec estabeleça uma rede de relação com outros conselhos de cultura do país para criar
292 talvez uma rede nacional de Conselhos de Cultura, para assim, fazerem juntos um questionamento
293 mais representativo perante o MinC. Paulo de Morais e Magdalena Rodrigues se posicionam a
294 favor destas manifestações ao MinC e a favor do formato prêmio, mas dizem que já deveriam sair
295 da reunião com a decisão sobre como seria este posicionamento sobre o Cultura Viva. A Secretária
296 Eliane Parreiras informa sobre alguns impedimentos sobre o formato prêmio que são impostos pelo
297 Tribunal de Contas da União e que por isto, existem muitos desafios a serem vencidos. Informa
298 ainda que já existe uma associação que reúne todos os conselhos de cultura que se chama ConeCta.
299 Clodoália Nobre levanta que se existe alguma dificuldade ou inconstitucionalidade diante de uma
300 ação para utilização de recurso ou para execução de algo, é realmente o Consec que deve discutir e
301 sugerir medidas, mas para negociar com o Ministério da Cultura sobre contrapartida, deve ser o
302 Governo do Estado o interlocutor, porque assim dá a conotação de comprometimento do Estado.
303 Mas afirma que para isto, o Governo precisa de subsídios para tomar suas decisões e ações. Diz

304 que a questão do orçamento é complicada e que para planejar os planos e programas, deve receber
305 informações para conhecê-los melhor e que o ideal é que as informações cheguem através de um
306 plano ou programa consolidado. É importante que o Conselho, apresente as diretrizes para o
307 Governo negociar. Paulo Morais afirma que podem ser estudadas formas de transformar Política
308 de Governo em Política de Estado, mas que no momento é a Lei do Cultura Viva que existe para
309 regulamentar o programa e se disponibiliza a explicá-la. Sugere que a SEC faça interlocução com
310 os municípios para que estes façam suas adesões, o que ampliaria a rede. A Secretária Eliane
311 Parreiras sugere que a SEC encaminhe as propostas que considera adequadas ao modelo do
312 Programa Cultura Viva e que para isto seja formado um mini grupo de trabalho. Para que não
313 tenha que ser montado mais um grupo de trabalho do Conselho, Paulo de Morais sugere que a
314 Comissão Estadual dos Pontos de Cultura se reúna, faça o diagnóstico e o Consec acompanhe a
315 formulação deste diagnóstico. A Secretária Eliane Parreiras sugere então que a proposição feita
316 pelos Pontos de Cultura seja encaminhada à Superintendência de Interiorização e em seguida será
317 apresentada ao Consec. O Superintendente da Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura,
318 Felipe Amado, fez uma apresentação sobre o Fundo Estadual de Cultura e sobre o planejamento
319 para 2014 e esta apresentação em power point será enviada aos conselheiros pelo e-mail do
320 Consec. José D'Ângelo fez intervenção historiando um antigo fundo e elogiando o modelo atual.
321 Rubem dos Reis informou que aconteceu em Uberlândia um seminário de economia da cultura e
322 que levaram para este seminário Marcos Vinícios Bolpato, que é o presidente do Sindicato dos
323 Técnicos em Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais - SINFFAZ e que
324 este propôs que se entrasse em uma parceria institucional para estimular os pequenos empresários
325 a incentivarem projetos culturais. Em seguida, fez uma defesa do crescimento dos recursos do
326 Fundo. Makely Ka defendeu a tese de fortalecimento dos fundos estaduais de cultura e deu
327 exemplos de atividades culturais não contempladas na renúncia fiscal, e aproveitou para ler a Carta
328 de Uberlândia sobre o mesmo tema, colocando à disposição para assinatura dos demais
329 conselheiros presentes, além dos que já se encontravam no Seminário em Uberlândia e que já
330 assinaram a carta (Makely Ka, Magdalena Rodrigues, Rubem dos Reis e Paulo de Morais). Túlio
331 Mourão indagou sobre a possibilidade de adaptação do mecanismo de substituição tributária para
332 patrocínio de projetos. O conselheiro Eduardo da Silveira, representante da Secretaria de Estado da
333 Fazenda – SEF afirmou que se preocupa quando Sindicatos de Servidores se apresentam para
334 esclarecer questões da dinâmica da SEF. Esclareceu que o SINFFAZ é um sindicato dos
335 servidores administrativos e não dos fiscais. Disse que a SEF está aberta a esclarecimentos sobre
336 questões relativas à Lei Estadual de Incentivo à Cultura no que diz respeito a esta Secretaria como
337 a parte operacional da liberação das declarações de incentivo e da liberação do incentivo fiscal.
338 Explicou que a SEF tem um setor que faz a gestão de toda a parte operacional no que diz respeito à
339 Lei Estadual de Incentivo à Cultura e que os sindicatos não estão autorizados a falar pela SEF.
340 Além disto, o conselheiro exemplificou as receitas do Fundo da Secretaria de Esportes, que destina
341 um percentual do valor captado a um fundo da própria Secretaria. Aníbal Macedo e Adriana Matos
342 apoiaram as teses e endossaram as opiniões sobre o Fundo. Marco Aurélio Ribeiro, que conseguiu
343 participar da reunião do Consec, informou que o setor de audiovisual faz pouco uso do mecanismo
344 de renúncia fiscal e sugeriu estudar-se a ampliação do ICMS Cultural para outras ações na área
345 cultural. Paulo de Morais convidou a Secretaria de Estado da Fazenda para dar palestras no
346 município de Três Corações. A Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, disse que a SEC
347 defende um modelo de financiamento que seja diverso, com editais setoriais para micro projetos,
348 regionais e para culturas que não são contempladas pelo modelo. Diz que hoje a SEC defende e
349 busca a maior possibilidade de fontes de financiamentos possíveis para atender às características
350 da diversidade cultural que o estado possui. Agradece o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda,
351 que está sempre à disposição para auxiliar na resolução rápida de muitas questões. Informa que o
352 comportamento e a natureza do fundo é ter o recurso do rendimento do Fundese e que quando
353 assumiu a Secretaria em 2011 e apresentou para o Governador os números que o Fundese tinha, ele
354 estipulou que o valor mínimo do edital seria de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e meio de reais)

355 com redução progressiva nos rendimentos. Isto mostra o comprometimento do Governo com o
356 Fundo e o reconhecimento de que os recursos estão aquém do desejado pelo Governo e que há
357 necessidade sim de ampliação destes recursos, mas a questão é como viabilizar o aumento. A
358 Secretária Eliane Parreiras afirma que a SEC já recebeu documentos similares à Carta de
359 Uberlândia, que foram as cartas do Movimento de Teatro de Grupo e da Associação Dança Minas,
360 colocando entre outros pontos a questão do Fundo Estadual de Cultura e que estes documentos já
361 estão sendo encaminhados ao Governador. Ele já solicitou à Secretaria de Estado da Fazenda
362 estudo para construir a possibilidade de aumento do Fundo. Informa que os recursos do Fundo são
363 a única forma de financiamento por edital para Prefeituras. Além disto, informa que outra questão
364 importante é o modelo de descentralização do recurso Federal para o Estado, que fica com uma
365 porcentagem dos recursos e passa o restante para os municípios, que ficam com uma porcentagem,
366 e passam o restante para a sociedade civil e para os projetos. Desta forma, entende-se que a
367 participação do poder público dentro do Sistema Nacional de Cultura está condizente e alinhado
368 com o modelo do mesmo. A Secretária Eliane Parreiras explica que os municípios pontuam através
369 do ICMS Cultural, mas que eles podem investir onde quiserem, não têm obrigação de investir
370 somente em patrimônio. Inclusive, há uma pontuação diferenciada para os municípios que pegam
371 recursos e investem em cultura e patrimônio. Eduardo Silveira, da Secretaria de Estado da
372 Fazenda, SEFAZ, explica sobre as dificuldades de adequar a substituição tributária como incentivo
373 à cultura, com o controle fiscal e que a questão de atração de investimentos é assunto da Secretaria
374 de Desenvolvimento Econômico. Paulo de Moraes propõe que se coloque um prazo para a
375 realização do Seminário na ALMG, proposto pela Câmara Temática de Fomento e Financiamento e
376 solicita o registro de uma sugestão para que as estatais controladas pelo Estado patrocinem
377 projetos de interesse da SEC no interior, como exemplo para atração de investidores da região.
378 Makely Ka argumenta que não considera o CONSEC o foro mais adequado para o
379 encaminhamento da demanda de mais recursos para o Fundo, pois a mesma é aspiração de toda a
380 sociedade civil e que o acionamento deve se dar nas instâncias que realmente podem fazer o pleito
381 caminhar, se houver vontade política. A Secretária Eliane Parreiras pede que os encaminhamentos
382 separem o que são mudanças de legislação do que são demandas pertinentes ao Executivo.
383 Magdalena sugere a realização de um Fórum Técnico para esclarecer e subsidiar os
384 encaminhamentos. A Secretária Eliane Parreiras põe em votação que a SEC organize o Seminário
385 Técnico, o que foi aprovado. A Superintendente de Ação Cultural Janaína Cunha, fala sobre o
386 programa Música Minas. Makely Ka elogia o programa, mas pondera que existe um incômodo
387 relacionado à interlocução com o Fórum da Música por não haver uma assembleia desde 2011 e
388 que acha importante que se realizem assembleias, provocando um processo decisório democrático.
389 Indica que existe um problema com relação a representatividade porque existem dentro do Fórum
390 entidades que não têm nem mesmo um blog ou um meio de contato, mas que estão no fórum
391 representando a sociedade. Por último, sugere que os gestores do programa possam ser escolhidos
392 por meio de editais. Túlio Mourão relembra os princípios do Fórum, quando as entidades
393 superaram suas diferenças, alcançaram legitimidade para capitalizar as demandas do setor, e por
394 isso, dão legitimidade ao Programa, o que é reconhecido pelo Estado. Janaína reitera que a SEC
395 não tem ingerência no modo operacional do Música Minas. Clodoália elogia a forma de criação do
396 Programa. A Secretária oferece o encaminhamento de ofício da SEC ao Fórum, sugerindo a
397 retomada das assembleias e motivando as suas realizações. Informa que sobre o edital para escolha
398 dos gestores, existe um complicador, pois a cada ano o gestor de uma das entidade conveniada é
399 quem responde civilmente pelas ações do Programa, já que a cada ano é trocada a entidade que
400 responde pelo programa, mas elogia a sugestão. Makely informa que o regimento interno do
401 Fórum jamais foi apresentado e debatido em Assembleia. Aníbal Macedo sugere e é aprovada a
402 indicação para inserir a logo do CONSEC em documentos de ações em que ele participe. Janaína
403 Cunha informa sobre desencontro de informações do MinC referente às datas da Conferência
404 Nacional. Maria Andrada encaminha solicitação de nova reunião extraordinária, antes de
405 dezembro, o que foi aceito. Denise Librato registra que a ata já não poderia mais ser aprovada por

406 falta de quorum e que por isto será aprovada na próxima reunião, juntamente com a ata da reunião
407 corrente. Registra que a conselheira Mara Vasconcelos da Secretaria de Estado de Planejamento e
408 Gestão enviou um e-mail durante a reunião justificando sua ausência. O Segmento Design e Moda
409 ficou sem representação, a Secretaria de Estado de Educação e a Associação Mimeira dos
410 Municípios também não tiveram representação na reunião. Sobre a reunião itinerante em Ipatinga,
411 Magdalena Rodrigues, Aníbal Macedo, Rubem dos Reis e Maria Andrada se disponibilizam a
412 comparecer. Denise Liberato solicita propostas de pauta para a reunião extraordinária e já fica
413 acertada a apresentação do Programa Cena Minas e a apresentação dos resultados da 3ª
414 Conferência Estadual de Cultura, que por falta de tempo, não pôde ser apresentada na reunião
415 corrente. A Secretária Eliane Parreiras fala sobre o programa de diálogo do Governador com a
416 sociedade civil convidando todos a participar. Respondendo a demanda do Conselheiro Rubem
417 Reis, informa que a SEC não participa em nenhuma instância de decisão ou seleção do programa
418 de patrocínio da Petrobrás, que vai investir no Estado por intermédio da Lei Estadual. Afirma
419 ainda que a informação desconhecida sobre este assunto não procede. Decidiu-se que o CONSEC
420 encaminhará solicitação de esclarecimentos à Petrobrás sobre o programa de patrocínio. Não
421 havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente do CONSEC declara encerrada a reunião, da
422 qual eu, Denise Liberato, na qualidade de Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que dato e
423 assino, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste Conselho, Eliane Parreiras, e
424 aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.